

Dom Lourenço Vicente

Percursos em torno de um Arcebispo
em tempos de mudança



COORDENAÇÃO CIENTÍFICA:
JOÃO LUIS FONTES | MARIA FILOMENA ANDRADE
NATÁLIA ALBINO PIRES | TERESA FARIA DE SOUSA



ARBITRAGEM CIENTÍFICA

Ana Paiva Morais
António Camões Gouveia
Bernardo Vasconcelos e Sousa
Carlos F. Clamote Carreto
Filipe Alves Moreira
João Gouveia Monteiro
Hermínia Vasconcelos Vilar
Luís Filipe Oliveira
Manuel Sílvio Alves Conde
Miguel Gomes Martins

TÍTULO

Dom Lourenço Vicente: Percursos em torno
de um Arcebispo em tempos de mudança

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade,
Natália Albino Pires e Teresa Faria de Sousa

EDIÇÃO

Centro de Estudos Históricos da Lourinhã
Câmara Municipal da Lourinhã

IMAGEM DE CAPA

Banquete oferecido por D. João I ao Duque
de Lancastre, em Ponte do Mouro.
In Jehan de WAVRIN – *Anciennes et nouvelles
chroniques d'Angleterre* [c. 1460-1470] (Londres,
British Library, Royal MS 14 E IV, fl. 244v).

ISBN

978-989-95787-8-4

Nº DL

524718/23

PAGINAÇÃO E EXECUÇÃO

Estúdio Ana Martins

REVISÃO

João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade
e Natália Albino Pires

1ª EDIÇÃO

Lourinhã, dezembro 2023

Textos selecionados dos Colóquios
“D. Lourenço Vicente: Um Arcebispo
em Tempo de Mudança” e
“D. Lourenço Vicente: Memória(s)
e Representações”, promovidos pelo
Centro de Estudos Históricos da
Lourinhã em colaboração com o
Instituto Alexandre Herculano (FL-UL),
o Centro de Estudos de História
Religiosa (UCP-CEHR), o Instituto
de Estudos Medievais (NOVA-FCSH)
e o Instituto de Estudos de Literatura
Tradicional (NOVA FCSH) (Lourinhã,
Auditório do Centro Cultural Dr. Afonso
Rodrigues Pereira, 18 de Novembro
de 2017 e 17 de Novembro de 2018).
Integraram a comissão organizadora
João Luís Fontes, Maria Cândida
Ferreira Pereira, Maria Filomena
Andrade, Mário Farelo, Natália Albino
Pires, Pedro Gomes Barbosa
e Teresa Faria de Sousa.

Dom Lourenço Vicente

Percursos em torno
de um Arcebispo
em tempos
de mudança

O Centro de Estudos Históricos da Lourinhã (CEHL) teve a honra de colaborar nesta importante iniciativa que, estimulando excelentes trabalhos académicos, muito dignifica a Lourinhã. Tal só foi possível graças ao contributo da Câmara Municipal da Lourinhã, Universidade Clássica de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidade Aberta e Cabido da Sé de Braga, Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica de Lisboa e Escola Superior de Educação de Coimbra.

A vida de D. Lourenço Vicente decorre num período difícil e conturbado da História de Portugal. Eram tempos de procura da identidade nacional e, perante o conflito armado que nos opunha a Castela, D. Lourenço Vicente coloca-se ao lado da causa portuguesa e de D. João I na defesa da nossa independência. Exercendo funções na Sé de Braga, onde o seu corpo permanece até hoje, nunca esqueceu a Lourinhã, sua terra de origem e onde o seu nome está ligado à Igreja do Castelo, ou de Santa Maria, que no seu tempo foi edificada. Promovendo a visibilidade que se impunha à vida e obra desta personalidade ímpar na História da Lourinhã e de Portugal, reforçamos a memória de um homem de fé e convicções fortes que muito deve honrar os lourinhanenses.

TERESA FARIA DE SOUSA

Presidente do Centro de Estudos Históricos da Lourinhã

É sempre com enorme regozijo que o Município da Lourinhã, ao apadrinhar iniciativas como os Encontros realizados em 2017 e 2018 no âmbito das comemorações dos 620 anos da morte de D. Lourenço Vicente, vê surgir à luz do dia uma edição tão entusiasmante, fruto de um trabalho empenhado e de tanta qualidade, académica e gráfica, que muito honra a Lourinhã e os Lourinhanenses.

Com uma longa e antiga presença humana no território e um imenso e diversificado património, a História da Lourinhã sempre esteve associada aos grandes momentos da História de Portugal e à sua construção enquanto nação. Se, durante a crise dinástica de 1383-1385, foi a D. Lourenço Vicente, companheiro de armas e seu conselheiro, que o Mestre de Avis doou estas terras para as proteger e desenvolver, hoje e deste modo, amplia-se o conhecimento sobre o território e sobre este notável personagem local, mantêndo-se viva a memória.

Aos que fizeram esta obra e aqueles que a vão fruir, Bem Hajam!

JOSÉ TOMÉ

Vice-presidente da Câmara Municipal da Lourinhã

Representações literárias de D. Lourenço Vicente:

A construção de uma identidade coletiva

NATÁLIA ALBINO PIRES

ORCID: 0000-0002-8906-3336

Escola Superior de Educação (IPC) | Cátedra UNESCO em Património Imaterial e Saber-Fazer Tradicional: Interligar Patrimónios (UÉvora)

Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (NOVA FCSH) | Centro de Investigação em Artes e Comunicação (UA|g)

Centre de Recherche Interdisciplinaire sur les Langues, Les Littératures, les Artes et les Cultures (Université Assane Seck-Senegal)

Centro de Estudos Históricos da Lourinhã

npires@esec.pt

Resumo

Tendo em conta a importância desta figura histórica (tanto para a história de Portugal, como para a identidade de uma localidade), procuraremos perscrutar e debater a (re)construção de uma identidade coletiva a partir da figura de D. Lourenço Vicente. Assim, analisamos algumas lendas literariamente construídas durante o século XX e examinamos os traços de representação literária que sobrevivem no imaginário popular.

Palavras-Chave: D. Lourenço Vicente; Identidade coletiva; Literatura, Contos e Lendas, Emília de Sousa Costa, Padre Carlos Mateus

Abstract

Bearing in mind the importance of this historical figure (both for the history of Portugal and for the identity of a locality), we will seek to examine and debate the (re) construction of a collective identity based on the figure of D. Lourenço Vicente. Thus, we analyze some legends literarily constructed during the 20th century and examine the traces of literary representation that survive in the popular imagination.

Keywords: D. Lourenço Vicente; Collective identity; Literature; Tales and Legends; Emília de Sousa Costa; Padre Carlos Mateus

1. Introdução

Enigmático e fascinante, envolto em mitos e lendas, D. Lourenço Vicente não deixa indiferente quem procura conhecê-lo melhor.

O nosso encontro deu-se quando, no âmbito de uma pesquisa mais alargada que vimos desenvolvendo há algum tempo sobre os mecanismos do constructo identitário e sobre o papel de alguns géneros da literatura tradicional para a construção de um imaginário coletivo identitário no seio das comunidades, passamos a centrar a nossa atenção em lendas relativas a figuras históricas preeminentes.

Nesta sequência, constatamos que a figura de D. Lourenço Vicente inspirou um número significativo de lendas e narrativas e, desde então, temos vindo a analisar as fontes escritas (da Idade Média à atualidade) no sentido de procurar perceber em que medida contribuíram, e têm contribuído, para a configuração da sua faceta heroica e para a estruturação do imaginário coletivo de uma região¹.

Por falta de espaço, não podemos discutir aqui a construção literária da sua faceta heroica na literatura, escrita e oral/tradicional, desde Fernão Lopes ao século XX. Traçemos, por isso, à luz apenas algumas reflexões sobre a construção mítico-lendária desta figura histórica, procurando ampliar outros trabalhos já publicados sobre esta matéria².

1 Os dados históricos relativos à vida de D. Lourenço Vicente e à sua importância sócio-política durante a Idade Média extrapolam o âmbito do estudo que nos propomos trazer a discussão, assim como a sua relação com o município da Lourinhã. Para informações sobre aspetos relativos à vida do Arcebispo, lembramos, a título de exemplo, os trabalhos do historiador José Marques.

2 Referimo-nos em particular aos trabalhos Natália Albino Pires – D. Lourenço Vicente, Primaz de Braga: entre a história, o mito e a lenda. In *Representações do mito na história e na literatura*. Org. de Ana Luísa Vilela, Elisa Nunes Esteves, Fábio Mário da Silva, Margarida Refoios. Évora: Universidade de Évora/CEL/ Instituto de Investigação e Formação Avançada da Universidade de Évora, 2014, pp. 151-162; Natália Albino Pires – Do constructo literário da figura de D. Lourenço Vicente à (re)construção de uma identidade colectiva. In *Actas do VI Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa*, 2017, no prelo.

Para tal, centramo-nos em dois textos dados à estampa com 20 anos de intervalo durante o século XX. Muito particularmente, trazemos ao debate o texto “Frades ou Carpinteiros?”, uma lenda publicada por Emília de Sousa Costa³ na sua obra *Lendas de Portugal*, e, ainda, a versão da lenda sobre as origens de D. Lourenço Vicente publicada, em 1955, pelo Padre Carlos Mateus no jornal *Redes e Moinhos*⁴.

A partir da análise destes textos, procuraremos perscrutar o contributo que, enquanto construções literárias, trazem à estruturação de um imaginário coletivo e à manutenção e sedimentação dos traços identitários numa determinada região.

3 Emília de Sousa Costa – *Lendas de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1935, pp. 43-45. Emília de Sousa Costa (1877-1959) possui uma vastíssima obra na qual deixa patente o seu pensamento sobre a educação da mulher e da criança. Da sua obra, que carece, no entanto, de estudos mais aprofundados, sobressaem diversos contos, novelas, romances, entre outros. Juntamente com outras figuras femininas (como Carolina Beatriz Ângelo, Ana de Castro Osório, Irene Lisboa, Florbela Espanca, Maria Archer, entre muitas outras), representa a afirmação da liberdade feminina na sociedade patriarcal do período compreendido entre o último quartel do século XIX e a 1ª metade do século XX. O nosso trabalho não contempla especificidades sobre a vida e obra da autora pelo que, para informações específicas sobre a importância da sua obra para a cultura portuguesa, cf., por exemplo, Carlos Nogueira – Emília de Sousa Costa, educação e literatura. *Revista Lusófona de Educação*, 23 (2013), pp. 159-178, sendo possível a partir do seu trabalho conhecer a pouca bibliografia disponível sobre a autora.

4 *Redes e Moinhos*, nº 21, 10 de julho de 1955, pp. 1 e 3. Até ao momento, não nos foi possível encontrar dados biográficos do Padre Carlos Mateus.

2. Representações literárias de D. Lourenço Vicente durante o Estado Novo

2.1 “Frades ou carpinteiros?” de Emília de Sousa Costa

Se bem que o texto “Frades ou Carpinteiros?”⁵ nos seja identificado pela autora como uma lenda e nele se assumia tratar-se de um texto vertido da tradição para a escrita (“E afirma a tradição”), identificam-se nele diversos aspetos característicos do processo autoral. Assim, quando comparado este texto com os anteriores relatos, nomeadamente com o episódio lopiano e a sua reescrita por D. Rodrigo da Cunha⁶, Duarte Nunes de Leão⁷ ou George Cardoso⁸, imediatamente se constata múltiplas diferenças. Antes de mais, o texto da autora é, na realidade, a mais extensa versão do episódio da construção das galés. Em segundo lugar, contrasta a narratividade e a presença de modalizadores do discurso e de estruturas linguísticas específicos da linguagem literária não tradicional⁹, em especial a adjetivação utilizada para a caracterização de D. Lourenço Vicente que nos obrigam a afastá-lo da tradicionalidade e a aproximá-lo dos produtos literários de autor. Atente-se nos exemplos:

“[...] O arcebispo D. Lourenço, alma firmemente lusiada e homem de rara energia, segue o partido do Mestre de Aviz, vibrante de entusiasmo. D. João I conhece o arcebispo, a sua coragem inquebrantável, o seu animo valeroso, a sua dedicação patriótica. [...]”¹⁰

5 Emília de Sousa Costa – *Lendas de Portugal*, pp. 43-45.

6 D. Rodrigo da Cunha – *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga*. Ed. José Marques, reprodução fac-similada da Edição de 1635. Braga: Barbosa e Xavier, 1989.

7 Duarte Nunes Leão – *Crónicas del Rey Dō Ioam de gloriosa memoria o I, deste nome, e dos Reys de Portugal o X. e as dos Reys D. Duarte, e D. Affonso o V*. Lisboa: por Antonio Alvarez, impressor Del Rey, 1643.

8 George Cardoso – *Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varoens Illustres em Virtude do Reino de Portugal*. Tomo III. Lisboa: Officina de Antonio Craesbfeck de Mello, 1666.

9 Importa ter presente que, embora apresentem semelhanças, o conto tradicional e o conto autoral se distanciam, sobretudo, na extensão, nas indicações espaço-temporais e na densidade ou quantidade das personagens intervenientes, para além de apresentarem aspetos linguísticos que os diferenciam. O mesmo se passa com a lenda. Para informações mais específicas sobre as diferenças entre conto/lenda tradicional e autoral, ver, por exemplo, Carlos Reis e Ana Cristina Macário Lopes – *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Livraria Almedina, 1990; Vítor Aguiar e Silva – *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina, 1991; Domicio Proença Filho – *A Linguagem Literária*. São Paulo: Ática, 2001.

10 Emília de Sousa Costa – *Lendas de Portugal*, p. 43.

ou

“[...] D. Lourenço mede-os da cabeça aos pés com altivez, arrogancia e indignação. A custo domina a colera. E como andava sempre de um lado para outro, a cavalo, de lança em riste, a orientar e vigiar, desmonta rapidamente. Seus olhos faíscam. Os seus dentes entrechocam-se e rangem. Arregaça as mangas das vestes prelatias. Toma nas mãos, ageis e fortes, a primeira ferramenta que lhe aparece. Majestoso e violento, carpinteira com habilidade e destreza, calefeta com ardor e precisão, enquanto responde [...]”¹¹

Se, dos relatos anteriores, o leitor tem de subentender a caracterização do arcebispo a partir das ações descritas, neste texto o narrador explicitamente adjetiva a figura de D. Lourenço. Mantém-se a imagem de um homem tenaz, resoluto, intrépido e líder, mas ampliam-se as suas qualidades, mostrando-se-nos uma outra faceta menos positiva do seu caráter: a altivez e a arrogância. No texto de Emília de Sousa Costa, encontramos pela primeira vez a referência de que o arcebispo trabalha arduamente na construção das embarcações com as suas próprias mãos. Neste texto, o constructo literário do caráter humilde da personagem passa exatamente por mostrar como a sua condição social não o impede de deitar a mão ao trabalho e exercer uma tarefa considerada própria das classes mais baixas. O texto do século XX contrasta com os anteriores, também e de modo significativo, na resposta que a personagem dá àqueles que questionam a adequabilidade da sua condição social à tarefa a desempenhar:

“[...] E eu que sou arcebispo não trabalho também? Para a frente, homens de animo frouxo! Por honra e gloria da nossa Patria sempre livre! Servir a Patria é louvar a Deus, homens de pouco brio e pouca fé! [...]”¹²

Claramente, neste excerto, identificamos um incitamento nacionalista, um hino patriótico, totalmente ausente das versões anteriores. Mais ainda, no parágrafo final do texto o narrador identifica D. Lourenço como metáfora da devoção e amor patriótico:

“[...] A peste nos arraiais castelhanos e a bravura indomita dos portugueses completam a obra a que D. Lourenço deu a exaltada devoção do mais acendrado amor patriótico [...]”¹³

11 Emília de Sousa Costa – *Lendas de Portugal*, p. 44.

12 Emília de Sousa Costa – *Lendas de Portugal*, pp. 44-45.

13 Emília de Sousa Costa – *Lendas de Portugal*, p. 45.

De facto, para se analisar este texto e para se compreender o contributo de Emília de Sousa Costa para o constructo literário da figura de D. Lourenço Vicente importa não perder de vista as palavras de Capelato que, ao referir-se à educação escolar e particularmente ao livro didático, afirma: “os livros incorporam as concepções de história e os sistemas de valores dos autores e de seu tempo. Atuam, na realidade, como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo e de história”¹⁴.

Indiscutivelmente, Emília de Sousa Costa deixa transparecer, neste texto e na construção da personagem D. Lourenço, o nacionalismo romântico que a viu nascer e, simultaneamente, o nacionalismo cultural integralista e salazarista¹⁵ da sua adultícia.

14 Maria Helena Rolim Capelato – Ensino primário franquista: os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil. *Revista Brasileira de História*. 29.57 (2009), p. 118.

15 Adotamos as palavras de Luís Reis Torgal – *Estados Novos. Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, DOI: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0381-0> https://digitalis.uc.pt/files/previews/107305_preview.pdf [Consultado em 3/12/2016].

2.2 Padre Carlos Mateus: um literário apontamento jornalístico

No dia 10 de julho de 1955, é dado à estampa o 1º do que se pretendia ser uma série de artigos da autoria do Padre Carlos Mateus sobre D. Lourenço Vicente. Trata-se, este primeiro texto, de um apontamento jornalístico no qual, após uma série de elucubrações preambulares sobre a inscrição de grandes vultos nos anais da História, o autor justifica a referência a D. Lourenço Vicente e apresenta a lenda relativa às suas origens humildes e ao seu local de nascimento.

Tal como Emília de Sousa Costa, o Padre Carlos Mateus assevera que o texto por si transcrito é um texto tradicional, afirmando, ainda, que se trata de um texto vivo na memória dos lourinhanenses:

“[...] esta é uma narrativa, de sabor lendário, que tem vindo de boca em boca através das gerações dos seus conterrâneos e ainda hoje se conta nas vizinhanças do Casal da Charrua [...]”¹⁶

Este texto explora exatamente o facto de em nenhum dos relatos anteriores sobre a vida ou obra de D. Lourenço Vicente se nomearem os seus progenitores e o facto de as fontes serem totalmente omissas tanto sobre a sua juventude como sobre a obtenção dos recursos económicos que lhe terão permitido cursar em Montpellier, Toulouse, Paris e Bolonha.

A personagem feminina da lenda parece-nos, porém, basear-se na referência que, segundo D. Rodrigo da Cunha, o próprio D. Lourenço faz, no seu testamento, a sua avó, Maria Vicente. Por seu turno, o pormenor veiculado pela tradição lendária de que D. Lourenço Vicente possuía uma especial inclinação para as letras encontra paralelo nas palavras de, por exemplo, D. Rodrigo da Cunha, de George Cardoso e de Joseph Soares da Sylva¹⁷, que afiançam que D. Lourenço “desde a sua puerícia foy taõ inclinado a todo o genero de letras, que para melhor aprendellas deixou a Patria”¹⁸.

16 Padre Carlos Mateus – *Redes e Moinhos*, nº 21, 10 de julho de 1955, p. 3.

17 Cf. D. Rodrigo da Cunha – *História Eclesiástica...*, p. 194; George Cardoso – *Agiologio Lusitano...*, p. 539 e Joseph Soares da Sylva – *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo delrey D. João I do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e três*. Tomo II. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva – Impressor da Academia Real, 1731, p. 570

18 Joseph Soares da Sylva – *Memorias para a Historia de Portugal...*, p. 570.

Observemos o que diz o texto publicado pelo Padre Carlos Mateus:

“[...] diz a lenda que era pobre e vivia com a avó. Passavam por ali muitas vezes os reis e fidalgos a caminho da Atouguia e por isso conheciam o pequeno Lourenço, que sempre os via passar. Um dia viram-no a riscar no chão com um graveto e perguntando-lhe o que estava fazendo, respondeu que estava a escrever. Tomaram isto como sinal de predestinação para as letras e, tendo-lhe perguntado se queria estudar, ao que respondeu afirmativamente, levaram-no para um colégio. Teria sido assim que, segundo a lenda, o pequeno Lourenço desapareceu do Casal da Charrua, deixando a sua avó lavada em lágrimas. [...]”¹⁹

Quando analisado com mais atenção, este “relato lendário” revela semelhanças formais com outros subgéneros da literatura tradicional, sobretudo com o conto tradicional, tanto ao nível da estrutura actancial, como ao nível da estruturação das personagens e ao nível dos motivos presentes²⁰. Atente-se, por exemplo, na falta de densidade psicológica das personagens e no motivo da partida do herói²¹ ou no motivo do seu reconhecimento²²:

“[...] Recorda-se então da sua avó e foi até ao Casal da Charrua, onde encontrou viva a velhinha entregue ao seu desgosto. Perguntou-lhe porque vivia só e ouviu, com muitas lágrimas da avó, a narração do desaparecimento do seu netinho. O arcebispo indagou ainda se o conheceria se o tornasse a ver. A velhinha disse que sim, pois o seu netinho tinha um sinal nas costas pelo qual o conheceria imediatamente. Então o arcebispo abriu as vestes prelatícias e deu-se a conhecer à avó [...]”²³

19 Padre Carlos Mateus – *Redes e Moinhos*, p. 3.

20 Natália Albino Pires – D. Lourenço Vicente, Primaz de Braga..., 2014, mostra as similitudes entre este texto e o conto tradicional, sobretudo ao nível da estruturação das personagens e ao nível da recuperação dos motivos do percurso iniciático e do reconhecimento da personagem no regresso a casa.

21 No conto tradicional, amiúde uma personagem, ou várias, abandonam a casa paterna/materna. Nuns casos, a partida dá-se por imposição paterna/materna, noutros casos, pela necessidade de resolução de um enigma/problema e, noutros ainda, por opção da própria personagem. Na análise actancial do conto tradicional, admite-se que o tempo que medeia a partida do herói da casa natal e o seu regresso corresponde ao processo iniciático necessário para a sua (con)formação ética e moral. Também para o conto tradicional, aceita-se que o retorno do herói à casa natal representa, simultaneamente, o reconhecimento da sua evolução ético-moral e a ratificação da sua heroicidade.

22 Em diversos géneros narrativos da literatura tradicional é frequente o motivo do reconhecimento do herói a partir de uma cicatriz, de um sinal corporal de nascença ou de um objeto que guarda.

23 Padre Carlos Mateus – *Redes e Moinhos*, p. 3.

É de salientar que, até ao momento, não encontramos o motivo do reconhecimento nem referência ao regresso de D. Lourenço Vicente a casa e ao seu reencontro com a avó em nenhum dos textos anteriores ao do Padre Mateus. Parece, pois, que este texto será a base das versões/narrações subsequentes, nas quais se reitera o retorno e reconhecimento da personagem²⁴. Na nossa ótica, o texto do Padre Carlos Mateus afigura-se como determinante para a (re)construção moderna da imagem mítica da figura de D. Lourenço Vicente.

No entanto, para compreender o contributo do Padre Carlos Mateus, e do seu texto, para a construção e manutenção da imagem heroico-mítica de D. Lourenço, importa também não perder de vista as reflexões que precedem a apresentação da lenda. Nestas considerações que antecedem “a evocação histórica duma figura lusíada de grande valor, que foi D. Lourenço Vicente, Arcebispo de Braga e conselheiro de El-Rei D. João I, e que foi o mais insigne filho da Lourinhã”²⁵, o autor assume um discurso que patenteia, sem pejo, os traços do nacionalismo cultural integralista, típicos do Estado Novo.

Se bem que este apontamento jornalístico é um claro encómio/um panegírico à figura do arcebispo, ele é, antes de mais e indiscutivelmente, uma explícita tentativa de vinculação do valor da figura de D. Lourenço Vicente ao valor das gentes de um local e da terra que o terá visto nascer. O discurso da vinculação está evidente logo no subtítulo escolhido (“Glória da terra que foi seu berço”) e em diversos momentos como: “dos grandes vultos da História raras vezes se nomeia a terra da sua nacionalidade”; “A história esquece a pátria dos seus heróis, quando o seu valor ultrapassa os limites de um território”; “Se nem sempre no seu valor humano, são fruto do tempo em que viveram ou da terra que os viu nascer, esta não perde o direito de lhes chamar seus filhos e de se orgulhar dos seus méritos”²⁶.

24 Com efeito, tive já oportunidade, em outro estudo (Natália Albino Pires – D. Lourenço Vicente, Primaz de Braga: a (re)configuração de um herói, texto apresentado no XVIII Congresso Internacional da Associação Hispânica de Literatura Medieval, no prelo), de mostrar como estes motivos se repetem e ampliam num texto dado à estampa em 1992 (Frei Henrique Perdigão – *Subsídios para a História da Ribeira de Palheiros*. Braga: Edição do Autor, 1992, pp. 47-48). Salienta-se, ainda, que durante o século XX, foram publicadas seis versões desta lenda. Mário Baptista Pereira – *Lourinhã – Subsídios para uma monografia*. Lourinhã: Câmara Municipal da Lourinhã, 1996, publica a versão do Padre Carlos Mateus e duas versões que assevera terem sido recolhidas da tradição oral; Rui Marques Cipriano – *Vamos falar da Lourinhã*. Lourinhã: Câmara Municipal da Lourinhã, 2001, publica uma versão sintética; Frei Henrique Perdigão – *Subsídios para a História da Ribeira de Palheiros...*, publica a versão mais longa da lenda e a Câmara Municipal da Lourinhã, na sequência de um projeto conjunto com o Agrupamento de Escolas D. Lourenço Vicente, publica online uma outra lenda recolhida em 2013 (In *Lourinhã, Património Cultural e Imaterial* disponível em <https://en.calameo.com/read/0021808488fb03cd09217> [Consultado em 17/7/2018]).

25 Padre Carlos Mateus – *Redes e Moinhos*, p. 1.

26 Padre Carlos Mateus – *Redes e Moinhos*, p. 1.

3. Construção da memória coletiva: a produção de sistemas simbólicos (dos românticos ao Estado Novo)

Face ao exposto, colocam-se-nos, no entanto, duas questões: Como é que a figura, diríamos, literária de D. Lourenço Vicente se transforma num elemento identitário coletivo de uma região? Como é que a figura de D. Lourenço Vicente se mantém como elemento identitário dos lourinhanenses volvidos 600 anos?

Do ponto de vista teórico, o reconhecimento de uma identidade implica a definição dos traços que caracterizam um grupo e a assunção desses traços por parte dos indivíduos que compõem o grupo²⁷. Como lembram Mercado Maldonado e Hernández Oliva²⁸, “la identidad supone un ejercicio de autorreflexión, a través del cual el individuo pondera sus capacidades y potencialidades, tiene consciencia de lo que es como persona; sin embargo, como el individuo no está solo, sino que convive con otros, el autoconocimiento implica reconocerse como miembro de un grupo; lo cual, a su vez, le permite diferenciarse de los miembros de otros grupos”.

O constructo identitário assenta, pois, na produção de sistemas simbólicos que visam expressar certos aspetos da realidade física e da realidade social, procurando significar as relações sociais que estes tipos de realidades mantêm entre si e as relações mantidas entre os diferentes sistemas simbólicos²⁹. Nesta medida, tal como afirma Deschelle, “l’identité collective n’émerge donc pas ex nihilo, elle est à conquérir, à écrire et à réécrire, au sein d’une dialectique complexe où la fiction et le mythe envahissent les blancs laissés par l’histoire”³⁰.

Mitos, contos e lendas, enquanto sistemas simbólicos, conformam, portanto, a história do grupo, enformam a memória coletiva e impregnam nos elementos do grupo a identidade cultural do contexto social a que pertencem. Mitos, contos e lendas são, por

27 Ver Luis Villoro – *Estado plural, pluralidad de culturas*. México: Paidós, 2002.

28 Asael Mercado Maldonado e Alejandrina Hernández Oliva – El Proceso de construcción de la identidad colectiva. *Convergencia, Revista de Ciencias Sociales*, 53 (2010), p. 231.

29 Ver Santiago de Jesús Torres Sánchez e Gabriel Medrano de Luna - Leyendas populares como parte de la memoria colectiva y la historia oral. *Revista Tlamati Sabiduría*, 7-2 (2016) [1-8], [Consultado em 5/11/2018].

30 Émile Deschelle – L’identité à l’épreuve du mythe: la fabrique des origines, d’Énéas à Brutus. *Questes [Em linha]*, 24 (2012), pp. 66-84, DOI: 10.4000/questes.3210 [Consultado em 12/10/2017]; p. 75.

isso mesmo, o garante ideológico da organização do grupo e das funções que lhe são vitais³¹.

Sendo, portanto, a coesão do grupo sustentada por uma mitopoética, a literatura tradicional, enquanto sistema simbólico, desempenha um papel determinante na construção e na manutenção dos traços identitários de um grupo. Não obstante a importância da literatura tradicional para a preservação dos traços identitários do grupo, o *escrito* tornou-se, ao longo dos séculos, um espaço por excelência de legitimação e de (re)conceptualização da unidade/identidade nacional e do constructo imagístico de uma identidade³².

Para a construção deste espaço literário imagístico, “ideográfico, cultural e plenamente assumido pela consciência colectiva”³³, formula-se frequentemente uma etnogeneologia³⁴ e, no caso português: ora baseada em figuras mitológicas (como no caso da fundação da cidade de Lisboa por Ulisses ou no caso do primeiro povoamento do território português por Tubal, neto de Noé, que teria aportado na região de Setúbal); ora baseada em figuras históricas reais cujos feitos são exaltados (como no caso de D. Afonso Henriques ou de D. Pedro I ou D. João I) ou mitificados (como no caso de Inês de Castro ou D. Isabel de Aragão); ora baseada em entidades (múltiplas vezes sobrenaturais) concebidas para funcionar como elemento identitário de um grupo social (como no caso da figura de D. Marinha nos textos linhagísticos).

Não sendo a origem do processo de elaboração do conceito de identidade passível de precisar-se com exatidão em qualquer cultura, refletir sobre o processo de construção de uma identidade coletiva implica, segundo Cabral³⁵, entrar num campo controverso e indefinido. Mesmo assim, as questões em torno da existência ou não de uma identidade nacional portuguesa ou em torno do seu constructo têm ocupado diversos investigadores do âmbito da filosofia, da historiografia ou da sociologia³⁶.

31 Ver, por exemplo, Ligia Madrigal Mendieta – La función de la oralidad a través de los mitos y leyendas. Su papel en la construcción de la pertenencia cultural en pueblos aborígenes nicaraoos y chorotegas. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, 28.2 (2010) [1-23] [Consultado em 21/3/2018]; MarieClaire Bancquart (dir.) – *La Ville. Histoires et mythes*. Paris: Institut de Français de l’Université Paris X - Nanterre, 1981; Laurence Harf-Lanchner e Emmanuèle Baumgartner (dir.) – *Entre fiction et histoire: Troie et Rome au Moyen Âge*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 1997.

32 Ver, por exemplo, Laurence Harf-Lanchner e Emmanuèle Baumgartner – *Entre fiction et histoire...*

33 José Eduardo Franco – O pensamento proto-nacionalizante de Fernando Oliveira e António Vieira: fundamentos sacralizantes da ideografia da nação portuguesa. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 16/17 (2012), p. 372.

34 Ver Manuel Villaverde Cabral – A Identidade Nacional Portuguesa: conteúdo e relevância. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. 46.3 (2003), pp. 513-533, [Consultado em 10/7/2017].

35 *Ibidem*.

36 Lembramos, a título de exemplo, as reflexões de José Gil, de Eduardo Lourenço, de José Mattoso, de Jaime Cortesão, de Jorge Dias ou de Orlando Ribeiro, entre muitos outros pensadores e estudiosos que merecem ser lembrados.

Se, reconhecidamente, durante o Estado Novo pensadores e educadores insistem na existência de uma identidade nacional e procuram expô-la, exibi-la, defini-la e ostentá-la, não podemos obliterar o determinante papel desempenhado pelos pensadores românticos para a construção de um conceito de identidade nacional³⁷ que vem sendo utilizado até à atualidade. A construção do conceito de identidade nacional (ou coletiva) não pode, contudo, procurar identificar-se e definir-se exclusivamente a partir do século XIX. De facto, não se pode eludir o papel do racionalismo iluminista, ligado à Academia Real das Ciências, para a sustentação de uma tese de identidade nacional³⁸, tal como não se pode suprimir o contributo da cronística régia, desde Fernão Lopes, e a subsequente historiografia de seiscentos em diante para a construção de um espaço imagístico de unidade nacional³⁹. Com efeito, o constucto sobre o qual refletimos é exatamente o mesmo processo de legitimação e de conceptualização de um espaço identitário que já encontramos, por exemplo, nos textos da Alta Idade Média que validam a monarquia visigoda ou nos textos de Tito Lívio que ratificam o nascimento do império romano.

37 Ver Carlos Ferreirinha da Cunha – A história literária e a ‘invenção da tradição’. *Revista Limite*, 2 (2008), pp. 97-114 <http://www.revistalimite.es/volumen%202/limite2%20-%206%20-%20cunha.pdf> [consultado em 20/2/2018]; Carla Ribeiro – Cultura popular em Portugal: de Almeida Garrett a António Ferro. *População e Sociedade – CEPESE*, 20 (2012), pp. 167-183, <<http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/populacao-e-sociedade-n-o-20/cultura-popular-em-portugal-de-almeida-garrett-a-antonio-ferro>> [Consultado em 19/6/2017]; Luís Reis Torgal – *Estados Novos. Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, DOI: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0381-0> https://digitalis.uc.pt/files/previews/107305_preview.pdf [Consultado em 3/12/2016].

38 Ver, por exemplo, Sérgio Campos Matos – História e Identidade Nacional: a formação de Portugal na historiografia contemporânea. *Lusotopie*. 2 (2002), pp. 123-139; Ana Cristina Nogueira da Silva e António Manuel Hespanha – A Identidade Portuguesa. In A. M. Hespanha (coord.) – *O Antigo Regime*. vol. IV da *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 19-37; José Manuel Sobral – A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português. *Análise Social*. 37.165 (2003), pp. 1093-1126; Luis Reis Torgal – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1981.

39 Salientamos, por exemplo, a construção mítica do espaço nacional por Frei Bernardo de Brito na *Monarquia Lusitana* (ver Manuel Ferro – O Mito, a fundamentação da história e a configuração dos códigos épicos do Barroco: o caso da *Ulisseia*, de Gabriel Pereira de Castro. In *Representações do Mito na História e na Literatura*. Org. de Ana Luísa Vilela, Elisa Nunes Esteves, Fábio Mário da Silva, Margarida Refoios. Évora: CEL-Universidade de Évora, 2014, pp. 191-208) ou por Fernando de Oliveira no *Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal* ou na sua *História de Portugal* (ver José Eduardo Franco – O pensamento proto-nacionalizante de Fernando Oliveira e António Vieira...).

4. D. Lourenço Vicente: do constructo imagístico à identidade coletiva

Na nossa ótica, a estruturação da imagem heroico-mítica de D. Lourenço Vicente tem início, exatamente, no episódio da *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes. Os textos subsequentes, ao repetirem a sua intrepidez, capacidade de liderança e determinação, preservam os elementos principais que suportam a (en)formação da imagem heroica do arcebispo. Por seu turno, a falta de dados credíveis sobre as suas origens e puerícia alicerça, até à atualidade, a construção de uma imagem mítica. Se o texto cronístico de Fernão Lopes inicia o processo literário da estruturação heroico de D. Lourenço Vicente e os textos ulteriores (de D. Rodrigo da Cunha ao século XVIII) o sedimentam, o labor dos pensadores românticos e o dos do Estado Novo, juntamente com as suas respetivas conceptualizações/reconceptualizações de nação e de identidade nacional, recontextualizam, do nosso ponto de vista, a figura do arcebispo como elemento identitário, nacional e regional.

A imprensa periódica do século XIX, ao incluir a figura de D. Lourenço Vicente nas listas de “portugueses que se tornaram célebres por feitos d’armas e outros serviços ao estado” desde o reinado de D. Afonso Henriques⁴⁰, recontextualiza a importância do Arcebispo no plano da história nacional. Esta mesma imprensa, ao resgatar em anos consecutivos a notícia do achamento do corpo incorrupto do “ilustre lousanense”, D. Lourenço Vicente, retomando os pormenores veiculados por Cardoso⁴¹ e repetindo as referências à capela onde o corpo se encontra⁴², ressignifica a imagem do Arcebispo em território nacional, e, por conseguinte, local⁴³.

40 Ver, a título de exemplo, *O Recreio – Jornal das Famílias*, 7 (1841) p. 145.

41 George Cardoso – *Agiologio Lusitano...*

42 Ver, por exemplo, *Mosaico e Sylva de Curiosidades Historicas, Litterarias e Biographicas* de Camilo Castelo Branco (1868); *Gazeta Litteraria do Porto*, 1-16 (1868) ou *Museu Ilustrado* 1 (1878). Para além dos apontamentos da imprensa periódica, destacamos, por exemplo, as referências que são feitas em diversas obras que se debruçam sobre a Sé de Braga (como Manuel d’Aguiar Barreiros – *A Cathedral de Santa Maria de Braga - Estudos críticos archeologico-artisticos*. Porto: Edições Ilustradas Marques Abreu, 1922, ou Bernardino José de Senna Freitas – *Memorias de Braga*. Braga: Imprensa Catholica, 1890).

43 Durante a 1ª metade do século XX multiplicam-se as referências e são dados à estampa vários artigos (em periódicos e de carácter científico) sobre a incorruptibilidade do corpo do Arcebispo. Deste período, salienta-se, ainda, o facto de alguns guias turísticos do Estado Novo incluírem, na visita à Sé de Braga, a imprescindível visita à urna de D. Lourenço Vicente. Ver, por exemplo, *Guia de Braga, Arte e Turismo*. Braga: Câmara Municipal de Braga, 1959.

Por seu turno, enquanto produtos de um contexto político-cultural nacionalista integralista, o texto narrativo de Emília de Sousa Costa e o do Padre Carlos Mateus, no século XX, consolidam, por um lado, a figura do Arcebispo como elemento identitário e, por outro lado, certificam a sua inscrição no imaginário coletivo.

Do jogo de interdependências entre tradição escrita e tradição oral, e vice-versa, na inscrição dos factos históricos e histórico-lendários na memória coletiva de um grupo civilizacional, nasce a teia que sustenta as relações de pertença ao grupo: a literatura erudita avaliza a importância que o povo atribui à figura lendária e a preservação de narrativas orais consolida a vinculação entre o valor das gentes e o valor da figura que aí nasceu (ou terá nascido).

Nesta medida, D. Lourenço Vicente mantém-se como elemento identitário dos lourinhanenses volvidos 600 anos da sua morte porque o seu constructo imagístico é, sem dúvida, subsidiário deste jogo de complementaridades que estrutura o imaginário coletivo de um grupo social.